



[Atribuição BB CY 4.0](#)

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: O COLORISMO NEGRO PELO DIREITO DA EXISTÊNCIA DE TODOS OS TONS

Maria Luiza Ferreira Magalhães¹
Beatris Cristina Possato²
Iara Marques do Nascimento³

Resumo

O artigo apresenta um Projeto de Ensino e Extensão desenvolvido no Instituto Federal do Sudeste MG, Campus Santos Dumont, com o intuito de demonstrar a importância da educação antirracista como ferramenta fundamental para a promoção da inclusão e da equidade social. Inicialmente, os professores desenvolveram o projeto de ensino com os alunos e posteriormente, foi realizado o projeto de extensão, aberto à comunidade. Após o evento de extensão, foi aplicada uma avaliação entre os alunos do campus, servidores e visitantes presentes, por meio de formulário para verificar o impacto do projeto. Os professores do projeto de ensino, igualmente avaliaram as atividades em sala de aula com seus alunos. Verificou-se que o racismo é uma construção histórica e estrutural que permeia diversas esferas da sociedade, impactando especialmente a população negra. A educação, nesse contexto, deve ser um instrumento de transformação, proporcionando conhecimento crítico e reflexivo sobre as desigualdades raciais. O artigo enfatiza a necessidade de implementar práticas pedagógicas que valorizem a cultura afro-brasileira e africana. Além disso, por meio dessa experiência, ressalta o papel essencial dos educadores na

¹ IF Sudeste de Minas Gerais - malumagalhaestrabalhos@gmail.com

² IF Sudeste de Minas Gerais - bia.possato@ifsudestemg.edu.br

³ IF Sudeste MG - iara.nascimento@ifsudestemg.edu.br

desconstrução de preconceitos e na formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com uma sociedade equânime.

Palavras-chave

Educação antirracista; Extensão; Prática pedagógica; Racismo Estrutural.

Recebido em: 01/04/2025
Aprovado em: 09/09/2025

64

Anti-Racist Education: Black Colorism and the Right to Existence for All Shades

Abstract

This article presents a Teaching and Extension Project developed at the Federal Institute of Southeast Minas Gerais, Santos Dumont Campus, aiming to demonstrate the importance of anti-racist education as a fundamental tool for promoting inclusion and social equity. Initially, the teaching project was carried out with students, followed by an extension project open to the broader community. After the extension event, an evaluation was conducted among campus students, staff, and visitors through a questionnaire to assess the project's impact. The teachers involved in the teaching project also evaluated the classroom activities with their students. The findings indicate that racism is a historical and structural construct that permeates various spheres of society, disproportionately affecting the Black population. In this context, education should serve as an instrument of transformation, providing critical and reflective knowledge about racial inequalities. The article emphasizes the need to implement pedagogical practices that value Afro-Brazilian and African cultures. Furthermore, through this experience, it highlights the essential role of educators in deconstructing prejudice and shaping citizens who are more aware and committed to a more equitable society.

65

Keywords

Anti-racist Education; Extension; Pedagogical Practice; Structural Racism.

Introdução

A partir da Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003) e posteriormente, com a Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 (Brasil, 2008), que incluiu a "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" na Lei das Diretrizes e Bases da Educação de 1996, se intensificou a preocupação das instituições educativas com a pesquisa sobre a temática, pela necessidade de aprimoramento no momento da sua aplicação e disseminação, bem como, pela grande importância que ela representa para a constituição de uma sociedade equânime.

Além disso, sua importância parte da necessidade de assumir um papel de protagonismo da cultura africana na formação das sociedades contemporâneas e, principalmente, da brasileira, pois há um destaque frequente sobre a colonização portuguesa e a presença das influências europeias como se apenas elas tivessem

uma contribuição válida e efetiva na nossa cultura atual (Oliveira e Candau, 2010). É necessário lembrar que esse assunto foi ignorado na formação dos professores, bem como no currículo das escolas durante décadas, fazendo com que esse conhecimento colonizador se propagasse.

A abordagem de uma educação antirracista se faz necessária desde a construção da identidade dos alunos negros, quanto para a desmistificação de preconceitos enraizados naqueles que são brancos. A história da população negra sofreu um grande apagamento pelo fato de seus ancestrais terem sido retirados do seu continente de origem, escravizados e terem poucos registros físicos sobre sua história em seus países de origem. Muitos registros foram apagados em 1890, com a queima dos documentos sobre a escravidão (Lacombe, 1988).

Dessa forma, ao contrário da maioria da população branca, grande parte da população negra não conhece a história da origem de sua família e os poucos que possuem tais informações, são advindas do momento em que os navios atracaram na costa brasileira. Essa sensação de apagamento, somada à exaltação da cultura europeia e ao conteúdo escolar focado apenas em culturas e histórias não negras, fortaleceram o racismo ao longo dos anos, além de terem influenciado diretamente na construção da identidade de toda uma parcela da população negra (Oliveira e Candau, 2010).

A escola é o ambiente em que aprendemos a viver em sociedade, onde ocorre a formação dos cidadãos. Logo, se queremos transformar aspectos em nossa sociedade, precisamos iniciar tais mudanças por meio da escola. Quando falamos de uma educação antirracista, estamos falando muito mais do que uma simples contextualização de exercícios ou um trabalho realizado somente no mês de novembro, remetendo-se ao Dia da Consciência negra (20 de novembro). Estamos falando de uma educação integrada, do reconhecimento da cultura afro-brasileira em todas as disciplinas, sobre representatividade dos conteúdos e materiais escolares, sobre inclusão, acolhimento, entre outros aspectos.

O processo de se “descobrir negro” não é fácil. Quando um estudante negro está em casa com sua família igualmente negra, não se vê como uma pessoa negra e sim, como uma pessoa. A partir do momento que este estudante ingressa na

escola, acontece o primeiro contato com o processo de “descobrir-se negro” e muitas vezes, acontece pela dor, seja pelo racismo explícito, velado ou estrutural da nossa sociedade. Ao se deparar com livros didáticos com ilustrações apenas de crianças brancas e de majoritariamente loiras, com o apagamento de intelectuais negros e diversos outros fatores, acontece a indução ao pensamento de que a cultura e características europeias são superiores e universais (Afonso, 2024).

Outro fator, é que muitas vezes, a palavra “negro(a)” é empregada como um adjetivo negativo, e ao mesmo tempo, usada para caracterizar aquelas pessoas que têm a pele escura. O mau uso dessa palavra, somado às diversas agressões verbais disfarçadas de piadas e brincadeiras que esse aluno passa durante a vida escolar e que muitas vezes, são suavizadas ao chamarem de bullying, mas na verdade são injúrias raciais e se caracterizam como crime de racismo, segundo a Lei n.14.532/2023 (Pinheiro, 2023). Assim, começam vários problemas relacionados à autoestima, que em sua grande maioria, são carregados até a vida adulta. Logo, o ambiente escolar deve ter como objetivo também fazer com que o se “descobrir negro” não seja por meio da dor, e sim, de que o aluno se enxergue naquilo que é elogiado, admirado, e não sendo rejeitado, considerado ruim, uma vez que sua cor é usada de forma pejorativa.

Por esse motivo, vimos a necessidade em 2019, de criar um projeto de ensino e extensão que dialogasse com a educação antirracista, no sentido de proporcionar aos educandos debates teóricos e de experiências em sala de aula sobre o racismo que estrutura nossa sociedade brasileira, bem como que eles conhecessem as lutas de lideranças do movimento negro da cidade e da região, no projeto de extensão.

Para isso, criou-se inicialmente o Projeto de ensino (R)Existências, que tinha a participação de professores do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais - Campus Santos Dumont, provenientes de diferentes áreas do conhecimento, atuando em suas disciplinas, de maneira transversal, nas classes do Ensino Médio Integrado, em cursos profissionalizantes de áreas diversas, na Licenciatura em Matemática e na Pós-graduação em Educação. Posteriormente, expandiu-se o grupo inicial para outros professores, estudantes voluntários e bolsistas, bem

como técnicos administrativos, que se organizaram para juntos elaborarem as atividades relacionadas à temática.

A partir dessas atividades, surgiu a necessidade de desenvolver um projeto de extensão que permitisse a ampliação e articulação do projeto com a comunidade local. Essa ampliação possibilitou que os próprios atores protagonistas dos movimentos sociais narrassem suas histórias para as comunidades acadêmica e local, além de ampliar a reflexão sobre os diferentes saberes e patrimônios culturais, por meio de atividades didáticas, culturais e artísticas que faziam parte do projeto.

A proposta pautava-se em trabalhar durante as aulas as temáticas da luta antirracista, trazendo um amplo debate em sala de aula. No caso da Licenciatura e da Pós-graduação, a intenção era formar professores que compreendessem a importância de trazer essas pautas para sala de aula e sobretudo, lutar por elas perante a comunidade escolar.

Deste modo, nosso objetivo neste artigo é apresentar o projeto de ensino e extensão (R)Existências, discutindo sobre a educação antirracista e a necessidade da instituição educativa trabalhar com a temática dentro do contexto escolar.

Formação continuada e inicial sobre questões raciais

A formação continuada é algo essencial para o professor pois, por meio dela, é possível que eles se mantenham atualizados e continuem sempre aperfeiçoando os saberes necessários para sua área de atuação. Com a Lei 10.639, de 2003 e posteriormente, com a Lei 11.645/08 passaram a ser mais procurados diversos cursos, entre eles de pós-graduação, com enfoque na cultura negra, visto que muitos professores não tinham identificado ou tido acesso a essa temática da forma correta durante a formação inicial (Oliveira, 2011).

Com base em um estudo realizado na Universidade Federal Fluminense, a UFF, por meio do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB), foi notado que o número de professores negros no programa ultrapassa o número de professores brancos, mesmo a cor não sendo um dos critérios no processo de seleção. Isso nos provoca a refletir sobre o porquê desse

processo acontecer de maneira inversa na graduação, uma vez que os negros são minoria no ambiente universitário. Analisamos, que infelizmente, a discussão das questões raciais ainda não é uma pauta que preocupa os professores em sua totalidade, visto que os brancos ainda não se sensibilizaram com essa questão prioritária (Oliveira, 2011).

Deste modo, vimos igualmente que o desenvolvimento de um projeto de ensino coletivo, que tivesse a culminância com o projeto de extensão, favorecia a formação continuada dos professores da instituição com relação às temáticas étnico-raciais. Acreditávamos que era de fundamental importância o desenvolvimento de um projeto de extensão que trouxesse as vozes de pessoas da comunidade, que pudessem tratar dessas questões trazendo suas experiências de vida e manifestações artísticas.

Além disso, há uma confusão que circunda a sociedade brasileira sobre o lugar de fala, fazendo com que pessoas brancas utilizem este termo para não se formarem nos temas relacionados à cultura afro-brasileira e africana. Porém, o lugar de fala não é isentar-se de responsabilidades. Justamente por serem brancos é que se cria a necessidade desses professores buscarem se informar e se qualificar sobre uma causa da qual eles não possuem vivência (Ribeiro, 2019). Logo, esses cursos e qualificações se fazem necessários para todos os professores, independentemente de sua cor, pois a capacitação precisa ocorrer por parte de todos.

Outro aspecto importante, é sobre a prática em sala de aula. O professor não pode exercer sua prática com as metodologias engessadas que, muitas vezes, são ensinadas, que já são comprovadas como algo ultrapassado e com pouca eficácia. É necessário que os professores entendam a importância da autoestima do aluno para o seu desempenho escolar e para sua formação como cidadão. Igualmente, é importante que os professores em sua totalidade trabalhem na perspectiva de uma educação democrática, que traga a equidade de oportunidades, pensando na preparação de uma sociedade mais justa. Para isso, é essencial que se debata em sala de aula pautas da educação antirracista. Ou seja, é importante que todos os professores tenham esse conhecimento, independentemente de serem negros ou

não, para termos uma educação transformadora, que repense e formule uma sociedade mais justa.

Educação Antirracista

Muito se fala sobre racismo estrutural hoje em dia, reconhecendo que o preconceito racial se encontra em várias camadas de nossa sociedade: institucionais, históricas, interpessoais e culturais. Para combater isso é essencial uma educação que seja antirracista, pois uma vez que a escola é o local de formação do indivíduo e vivemos em uma estrutura racista, o ambiente escolar atual também precisa ser reformulado (Gomes, 2012)

Um paradigma que não separa corporeidade, cognição, emoção, política e arte. Um paradigma que compreende que não há hierarquias entre conhecimentos, saberes e culturas, mas, sim, uma história de dominação, exploração, e colonização que deu origem a um processo de hierarquização de conhecimentos, culturas e povos. Processo esse que ainda precisa ser rompido e superado e que se dá em um contexto tenso de choque entre paradigmas no qual algumas culturas e formas de conhecer o mundo se tornaram dominantes em detrimento de outras por meio de formas explícitas e simbólicas de força e violência. Tal processo resultou na hegemonia de um conhecimento em detrimento de outro e a instauração de um imaginário que vê de forma hierarquizada e inferior as culturas, povos e grupos étnico-raciais que estão fora do paradigma considerado civilizado e culto, a saber, o eixo do Ocidente, ou o “Norte” colonial (Gomes, 2012, p.5).

Mesmo com uma legislação que ampare o ensino da cultura afro-brasileira e africana, na prática, isso ainda é muito negligenciado. O que encontramos hoje em dia são aplicações rasas do que seria um ensino antirracista, são atividades pontuais e muitas vezes, focadas somente no mês de novembro, como se fosse o único mês em que o assunto devesse ser tratado e/ou somente em disciplinas das ciências humanas, compondo-se em mais uma forma de apagamento, uma vez que não se é falado da importância da cultura negra em outras (Oliveira e Candau, 2010).

O nosso atual currículo educacional é baseado na “racialidade colonizadora”, segundo o pesquisador Janssen Felipe da Silva, que é uma visão eurocêntrica e que possui o homem branco, cristã, heterossexual, como padrão normativo (Munsberg, Fuchs e Silva, 2019). Logo, mudanças pontuais não seriam suficientes para combater essa estrutura, sendo necessária uma decolonização do

currículo e reestruturação de um novo que seja intercultural, uma vez que o atual busca colocar somente o conhecimento europeu como algo natural e universal.

Com o intuito de colonizar o ser, o saber e o poder, o currículo escolar é organizado de forma tal que os estudantes e os docentes passam a conceber o conhecimento eurocêntrico como natural, mais valorizado na hierarquia valorativa e utilitária em relação àqueles locais, pertencentes às pessoas que vivem e convivem em comunidades. Dessa forma, a realidade local passa a ser construída a partir dos referenciais externos, trazidos e impostos pelos colonizadores através de diferentes e variadas formas, entre elas, a escola (Munsberg, Fuchs e Silva, 2019, p. 593-614).

71

Um novo currículo é necessário para que todos os alunos se sintam representados e motivados com o ambiente de ensino e para isso é essencial que sejam combatidos todos os tipos de preconceitos nesse meio. Uma educação de qualidade deve ser muito mais do que aquela que meramente transmite os conteúdos, sem trazer uma reflexão sobre a sociedade em que vivemos. A educação deve trabalhar com o respeito às diferenças, a ética e a formação do cidadão que irá auxiliar na construção de uma sociedade mais igualitária e menos preconceituosa.

A escola é um complexo social fundamental no processo de transformação da realidade social; ela é influenciada pelo sistema, ao passo que, em contrapartida, também o influencia, uma vez que forma as pessoas que vão ocupar e ajudar a construir todas as demais instâncias sociais. Nesse sentido, a escola precisa ser uma fonte aliada no enfrentamento das opressões estruturais, fundamentalmente o racismo (Pinheiro, 2023, p.147).

Estatisticamente falando, de acordo com o levantamento da Agência Brasil, entre 2000 e 2017 o número de negros e pardos se formando subiu de 2,2% para 9,3%, e o número de brancos se formando subiu de 9,3% para 22,9%. Por mais que a diferença continue exorbitante, a porcentagem dos negros se mostrou quatro vezes maior nesse período de tempo, mostrando que, mesmo com problemas a serem considerados em sua execução, a Lei 11.645 (Brasil, 2008) tem apresentado resultados positivos (Barroso, 2018). Devemos ressaltar a importância dos movimentos sociais nesse processo, pois graças a eles surgiram as lutas pelo reconhecimento da cultura negra e para a aplicação da lei (GOMES, 2012).

Políticas Educacionais afirmativas

O movimento negro há muitos anos está na luta por uma educação pública de qualidade, visto que os negros são os sujeitos mais afetados por essa precarização do ensino público (Ribeiro, 2019). O movimento negro igualmente encontra-se na luta pela oportunidade de acesso ao ensino superior, sendo uma das conquistas das políticas educacionais afirmativas. Quando se fala de políticas educacionais afirmativas há uma deturpação do sentido da igualdade de direitos e a discussão se envereda para a pauta da meritocracia. Aqueles que são contra as políticas afirmativas utilizam argumentos de que isso significa que pessoas que utilizam dessas políticas, estão se colocando como intelectualmente inferiores, mas o debate em que se baseia essa iniciativa não é sobre capacidade e sim, sobre oportunidades (Ribeiro, 2019).

Pesquisas sobre os resultados dessas políticas logo começaram a surgir, como a do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2008, na qual se demonstrou que os alunos cotistas de quatro universidades federais tinham desempenho similar ou superior ao dos alunos não cotistas; e a da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, realizada em parceria com universidades estaduais, a qual constatou que no período entre 2003 e 2016 a evasão universitária entre cotistas (26%) foi menor se comparada com a de não cotistas (37%), além de apontar desempenho similar entre ambos (Ribeiro, 2019, p. 17).

Em nenhum momento é questionada a capacidade do aluno negro conseguir uma vaga, o que é levado em consideração é se o mesmo teve uma equidade de oportunidades para chegar ali. Muitos romantizam aqueles que conseguem superar essa estrutura racista e superam as inúmeras dificuldades para a conquista do diploma, mas, por mais que seja algo a ser admirado, não deve ser algo naturalizado, pois é um percentual muito pequeno de pessoas negras que conseguem superar as inúmeras dificuldades advindas de uma sociedade com estrutura racista (Ribeiro, 2019).

Apoiar, compreender, fazer que se efetivem as Políticas educacionais afirmativas, reconhecendo o racismo estrutural e as desigualdades sociais da nossa sociedade, é uma forma de dar oportunidade de ensino de qualidade para aqueles que sempre tiveram seus direitos educacionais negados. Para isso, os professores devem estar preparados para trabalharem em sala de aula as pautas necessárias para que as Políticas educacionais afirmativas tenham uma compreensão melhor por parte da comunidade escolar.

Projeto de Ensino e Extensão (R)Existências

Como já foi dito anteriormente o Projeto (R)Existências surgiu inicialmente como projeto de ensino com a participação de 10 professores do Instituto Federal Sudeste de MG – Campus Santos Dumont. Os professores eram de diversas áreas de conhecimento e atuavam no Ensino Médio Integrado, em cursos técnicos, na Licenciatura em Matemática e na Pós-graduação em Educação. Nesta primeira etapa, após aprovado o projeto na Direção de Ensino, já tivemos a participação de alunos bolsistas e voluntários. Cada professor, articulava aos conteúdos de suas aulas, a discussão da luta antirracista. Para essa etapa, fazíamos reuniões quinzenais para definir e apoiar os participantes do projeto.

Iniciamos o processo de aprovação do Projeto de Extensão que traria convidados para narrar suas experiências aos alunos e a comunidade local, ampliando o debate sobre o movimento negro e a luta antirracista. Assim, o grupo ampliou-se e passamos a ter técnicos administrativos e mais estudantes voluntários e bolsistas que nos auxiliaram.

Com o Projeto de extensão aprovado, após um mês de atuação em sala de aula, foi organizado o evento intitulado “Colorismo negro: pelos direitos das existências de todos os tons”.

Para o evento foram convidadas pessoas que manifestam sua negritude por meio da arte. Com seus relatos, apresentações culturais e artísticas encantaram e impressionaram todos no campus. Uma das convidadas foi Vanda Maria Ferreira é professora e contadora de história, participante dos grupos LeiaJF e Caravanas de história⁴. Por meio da sua personagem Odara Dandara, encantou a todos contando histórias, contos, mitos e lendas populares relacionadas, em sua grande parte, com a negritude e ancestralidade.

Além de se apresentar, ela contou sobre sua história, sobre como se tornou escritora e trouxe uma visão diferente para os alunos de que só existem pretos

⁴ LeiaJF: Liga dos escritores, ilustradores e autores de Juiz de Fora
Caravanas de história: Grupo desenvolvido pela Secretaria de Educação (SE) da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), através do Programa Arte/Educação

bem-sucedidos em áreas como futebol, música ou dança. Sua fala trouxe a reflexão que apesar de essas serem áreas que o negro possui destaque por sua desenvoltura, não existe uma limitação para que seja bom na área que escolher exercer quando fugir a este padrão.

Também esteve presente Matheus de Araújo, poeta e autor do livro “Maré Cheia”, escrito quando tinha 19 anos e publicado em 2018. Matheus é um autor que faz referência a comunidade que nasceu e cresceu no Rio de Janeiro, a Favela da Maré. Em suas falas, contou sobre como foi desenvolvida sua relação com a poesia e sua participação em slams⁵. O autor trouxe o debate sobre o colorismo no Brasil, uma vez que sendo um negro de pele clara, acredita que esse assunto é muito importante de ser debatido, visto que reconhece sofrer menos discriminação que um negro retinto, sendo necessário e importante lembrar esses privilégios para o combate ao racismo.

Estiveram também presentes no evento Jhonathan Leandro, Gustavo Oliveira e Wenderson Marcelino (o Zangão) do coletivo de Juiz de Fora, Vozes da Rua. O coletivo tem como foco a valorização e incentivo da cultura hip-hop, englobando a dança, rima, poesia e outras formas de expressão. O coletivo se faz presente em ações em escolas e acredita que, dessa forma, está plantando sementes que serão essenciais para que o mundo seja melhor. Além do bate-papo, os alunos puderam assistir, aprender alguns passos de breakdance com os membros do coletivo.

No mesmo evento, houve a fala de Luiz Papa, sindicalista e ativista do MNU (Movimento Negro Unificado), da cidade de Santos Dumont. A conversa com o Luiz Papa foi importante para que todos ali presentes pudessem entender sobre as lutas do movimento negro e a visão de um conterrâneo sobre ser negro em Santos Dumont através do tempo, uma vez que ele atuou na política da cidade por muitos anos, chegando a ser vereador e ter grandes feitos em seu mandato, como o feriado de 23 de novembro (que depois de alguns anos acabou sendo revogado por pressão da associação comercial da cidade).

⁵ Batalha de poesia falada que surgiu nos Estados Unidos na década de 80 e chegou no Brasil em 2008. São performances de poesias autorais de até três minutos, tendo o corpo e a voz como base da apresentação, e que são julgadas por uma comissão de jurados.

O evento teve como mediadora a servidora do campus Santos Dumont, Iara Nascimento, que conduziu a conversa de forma interativa para que todos ali presentes se sentissem à vontade para interagir e participar do bate-papo.

Foram intercalados durante uma tarde apresentações, roda de conversa e ao final, oficina de dança, com bancas que além de estarem disponíveis os livros dos autores convidados, era possível conversar e perguntar o que não foi possível durante o evento.

Durante as apresentações de poesias e dança, também ocorreram diversas apresentações de alunos e convidados, que aproveitaram o mesmo espaço para se apresentarem.

Foi possível ver uma grande identificação dos alunos com o coletivo Voz da Rua e com o Matheus, uma vez que muitos mostraram já ter vontade e até experiência com poesia e dança. Os participantes puderam se reconhecer com outros jovens que também utilizam desses meios para se expressar.

Além do Projeto (R)existências, o evento também contou com a intervenção visual por meio de um cenário montado pelo projeto de extensão “Eu Extraordinário” coordenado pela, também mediadora, Iara. Foram exibidas mensagens e imagens de personalidades negras, personagens famosos, os convidados do evento e os servidores do campus, além de cartazes e outras artes contra o racismo, produzidos pelos alunos do projeto.

O “Eu Extraordinário” é um projeto de ensino que trabalha com a criatividade, estimulando e desenvolvendo a habilidade por meio da resolução de problemas do cotidiano escolar. A junto ao (R)Existências oportunizou aos estudantes do projeto a aproximação com temáticas étnico-raciais e antirracistas, tendo como objetivo o reconhecimento e valorização da população negra. Isso enriqueceu o repertório de aprendizagem com ações criativas e empáticas, ancoradas no pensamento crítico.

A partir da temática proposta, a ação realizada para o (R)Existências pontuou a importância da construção de um imaginário do “ser negro” a partir das

realizações e conquistas dos próprios negros, buscando abraçar a variedade de negritudes que existem no Brasil. Isso se faz necessário porque o colorismo é utilizado para a perpetuação de imaginário racial e político que impõe aos sujeitos arquétipos predefinidos conferindo papéis desiguais e injustos, baseados em habilidades, tendências e estéticas pontuadas de fora para dentro, ação que restringe e disciplina a população negra, como pontua Devulsky (2021).

Nessa perspectiva, é sempre oportuno desconstruir estereótipos que enclausuram o corpo de negro em padrões hierarquizados pela cor. E, com colorismo, essa separação ocorre a partir do tom da pele, construindo o imaginário “preto mais claro” e “do preto mais escuro” no qual cada fração de cor deve ser prestar a papeis específicos.

A apresentação de personalidades negras – sejam nacionais, municipais, da comunidade escolar – e elaboração de textos com temáticas raciais foi a forma que os estudantes do “Eu Extraordinário” encontraram para expressar a valorização e o direito de existência de todos os tons. E uma existência digna, na qual o sujeito possa ser por si o que é. E não aquilo que uma sociedade racista faz dele.

A avaliação do projeto foi positiva. Por meio da pesquisa realizada com os participantes foi possível ver que o evento foi de grande importância, uma vez que foram relatadas uma mudança na forma que o tema era visto por essas pessoas, sendo uma experiência única e elogiada tanto pelo público, quanto pelos convidados.

Avaliação do Projeto de Extensão (R)existências - “Colorismo negro: pelos direitos das existências de todos os tons”

Após o evento, foi realizada uma avaliação entre os alunos do campus, servidores e visitantes presentes no encontro. Nessa avaliação era perguntado sobre a estrutura e organização do evento, conteúdo discutido, sendo elencadas a essa seção as respostas: excelente, boa, regular, ruim e péssimo. Outros tópicos abordados nas perguntas foram aqueles que iam ajudar na pesquisa de público, como faixa etária e gênero.

O evento foi aberto ao público e 54 pessoas responderam a avaliação. Desse público 57,4% era feminino, 38,8% masculino e 3,7% não responderam.

Em relação a faixa etária 57,40% possuía de 16 a 24 anos, 7,4% de 25 a 29 anos, 5,5% de 30 a 39 anos, 9,25% de 40 a 49 anos, 1,85% de 50 anos ou mais e 18,51% não responderam.

Em relação a estrutura e organização do evento, foram obtidas as seguintes respostas. No que diz respeito ao conceito geral do evento, as respostas foram 85,18% “Ótimo”, 11,11% “Bom”, 1,8% “Regular” e 1,8% não responderam à pergunta. Sobre a localização do evento, 44,44% respondeu “ótimo”, 40,74% “Bom” e 14,8% “Regular”, sendo acrescentada a observação por alguns de que futuramente poderia expandir mais. A respeito do atendimento da equipe durante o evento, 70,37% classificou como “ótimo”, 24,07% “Bom” e 5,5% como “regular”.

Sobre o conteúdo das apresentações/palestras, 83,33% considerou “ótimo”, 12,96% “Bom” e 1,85% “Regular”, sendo ressaltado nas observações que o campus necessita de mais momentos culturais como o apresentado. Ainda em relação a esse tópico, só que referente ao horário e tempo planejado, 48,14% achou “Bom”, 33,33% “ótimo”, 11,11% “regular” e 7,4% “Ruim”, foi observado que a palestra foi longa e apontada a possibilidade de começar o evento mais cedo.

Agora falando sobre o impacto do evento foram feitas duas perguntas, sendo essas “O evento foi relevante para você?”, que contou com 98,14% de respostas para sim e 1,85% não responderam, e “O evento provocou alguma mudança na forma que você via a questão do tema abordado? Explique” sendo que dentro dessa 81,48% não respondeu, 9,5% respondeu “sim” e justificou, 7,4% respondeu “sim”, mas não justificou sua resposta e 1,85% respondeu “não” e não justificou. Dentre as justificativas dessa última pergunta, foi possível observar que o evento ajudou a ampliar o olhar para o assunto e que os participantes saíram satisfeitos com o que foi conversado e aprendido no dia.

Além da pesquisa aplicada no final do evento, os professores que desenvolveram o projeto de ensino associado ao projeto de extensão fizeram avaliação do evento

em sala de aula, solicitando que os alunos fizessem as interrelações entre os conteúdos aprendidos em aula e os debates, apresentações vistas no dia do evento. Foi unânime entre os professores a percepção de que os alunos foram sensibilizados sobre o tema e que não apenas haviam aprendido cognitivamente, mas percebiam a importância do debate do racismo estrutural.

Dessa forma, podemos ver que é de suma importância esses momentos no ambiente escolar, sendo uma contribuição em todas as esferas, seja a relação entre os alunos, autoestima dos mesmos, conhecimento dos professores e toda a comunidade escolar. Eventos como esse, principalmente por incluir o aluno na ação e não o deixar apenas como ouvinte, são essenciais para quebrar a colonialidade do saber e construir o senso crítico do cidadão que ali está sendo formado.

Considerações provisórias

O objetivo deste artigo foi apresentar o Projeto de Ensino e Extensão (R)Existências e discutir a importância de práticas educativas que tratem da educação antirracista. Quando falamos de uma educação antirracista, estamos falando de uma real intenção de mudar a estrutura racista da sociedade, e para isso é necessário que a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, seja aplicada de forma correta.

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam a todos respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (Brasil, 2004, p. 01)

O evento realizado no campus, apesar de ser algo em menor escala, mostrou os resultados positivos que podem ser alcançados ao cumprir o verdadeiro papel da educação antirracista, descentralizar o saber europeu. Ao apresentar aos alunos pessoas pretas importantes para a história nacional, mostrar as diferentes formas de manifestação artística e principalmente propiciar que esses alunos, sejam pretos ou não, criem um pensamento crítico capaz de não só reconhecer e reagir às situações de racismo que vivenciam/presenciam, mas também para a formação de uma nova sociedade.

A educação é o principal caminho para essa mudança, é necessário reconhecer a escola como um ambiente de formação e transformação, não podemos resumir a escola a um preparatório para concursos e vestibulares. Para isso, é necessário que também seja ofertado para os professores uma formação que aborde da forma correta todos os assuntos relacionados a diversidade, e não apenas racial.

Em suma, apesar do grande avanço da pauta racial nos últimos anos, chegando a novas esferas e expandindo o conhecimento de assuntos que por muito tempo foram ignorados, ainda a muito a ser conquistado. Resgate da ancestralidade africana, ações afirmativas, leis de amparo a luta antirracista e debate público sobre a pauta (Oliveira e Candau, 2010), é apenas o início da caminhada por uma educação decolonial e uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

AFONSO, M.L. Descobrir-se negra: notas sobre a dimensão subjetiva da participação política em movimentos sociais feministas. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, Brasil - V. 44, nº106, p. 13 - 26, 2024.

BARROSO, J. D. R. Educação deve ser arma contra o racismo. **Carta Capital**, 11 junho 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacaoartigo/educacao-deve-ser-arma-contra-o-racismo/>>. Acesso em 14 fev 2025.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> Acesso em 14 fev 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso 14 fev 2025.

DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro)

GALLINDO, L. D. S.; AUX: SILVA, M. M. D. **Pedagogia Decolonial – Kanteatro**: prática de uma educação antirracista, 2018.

GOMES, N. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, EDUCAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS. **Currículo sem Fronteiras**, p. 98-109, 2012.

LACOMBE, A. J. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Brasília, Ministério da Justiça: Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

MUNSBURG, J. A.; FUCHS, H. L.; SILVA, G. O currículo decolonial: da reflexão à prática intercultural. **Religare**, p. 593-614, 2019.

OLIVEIRA, I. D. Relações raciais e educação: a formação continuada de docentes da escola básica - evidenciando alguns. **Série-Estudos**, Campo Grande- MS, jan/jun 2011. 85-101.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, p. 15-40, 2010.

PINHEIRO, B.C.S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta Brasil, 2023.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. [S.l.]: Companhia das Letras, 2019.